

Direito à Cidade e Segregação Espacial

Lucia Maria Machado Bógus

Abordar a questão da segregação espacial na Cidade de São Paulo implica discutir a pobreza urbana aí existente, bem como a maneira pela qual a população de baixa renda, apresentando um conjunto de demandas não satisfeitas, distribui-se pelo espaço do Município e da Região Metropolitana.

De fato, a maioria da população da Cidade de São Paulo é composta por assalariados mal-remunerados, que vivem em precárias condições habitacionais, despendendo muitas horas, diariamente, num transporte coletivo caro e insatisfatório.

O quadro referente ao rendimento médio familiar no Município de São Paulo, em 1980, ilustra a situação de pobreza em que vive a maior parte da população residente (Tabela 1).

Devido ao valor diferencial do solo urbano, as possibilidades de localização habitacional da população estão diretamente relacionadas à renda familiar auferida, o que explica

os elevados percentuais de moradores em favelas, cortiços e casas precárias de periferia.

O censo de favelas, realizado em 1987 pela Secretaria de Habitação do Município de São Paulo (1), registrou um incremento deste segmento populacional da ordem de 1,031%, entre 1973 e 1987, período em que o aumento da população do Município foi de 61% (Tabela 2).

No caso dos cortiços, o Plano Diretor do Município estimava, em 1985, que cerca de 28% da população residia nesse tipo de habitação. Já no que se refere às casas precárias de periferia, não existem informações a respeito de seu número, embora se saiba não ser pequeno.

Desta forma, pode-se, grosso modo, estabelecer uma relação entre a distribuição de rendimentos e a distribuição espacial da população residente nos três tipos de moradia mencionados.

Considerando que cerca de 44% da população do município pertence a famílias com rendimento de até cinco salários mínimos, pode-se dizer que grande parte desse percentual reside em habitações precárias, ou seja, em favela, cortiço ou casa precária de periferia.

Nesse sentido, observa-se que a situação de baixa renda define, por si mesma, as possibilidades de localização no tecido urbano, seja em áreas que surgem segregadas para abrigar uma população trabalhadora de baixa renda, seja naquelas que passam a sofrer um processo de segregação,

Lucia Maria Machado Bógus - Socióloga. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP. Consultora da Diretoria Adjunta de Estudos Populacionais da Fundação SEADE, para a área de Migração. Publicou: *Vila do Encontro: a cidade chega à periferia. Notas sobre as relações entre política urbana, família e reprodução da força de trabalho. Cadernos PRODEUR*, 4, São Paulo, FUPAM, FAU/USP, 1981; e *Política Urbana, Habitação e Migrações Intra-Metropolitanas. Revista Sociedade e Território*. Lisboa, 2:45-53, Jan. 1988.

(1) PREFEITURA do Município de São Paulo - Secretaria da Habitação. *Favelas em São Paulo*. São Paulo, 1987.

Tabela 1
Distribuição das Famílias, Segundo o Rendimento Familiar
Município de São Paulo
1980

	Em porcentagem
Rendimento Familiar (em Salários Mínimos)	Distribuição das Famílias
Total	100,00
Sem Rendimentos	0,66
Até 2	10,33
De 2 a 5	33,68
De 5 a 10	28,79
Mais de 10	26,20
Sem Declaração	0,34

FONTE: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Censo Demográfico de São Paulo, 1980. Rio de Janeiro, 1982.

a partir do momento em que a deterioração do entorno, para habitação das classes abastadas, engendra o surgimento de verdadeiros "guetos" ou "ilhas" de pobreza, em meio às áreas urbanizadas e valorizadas.

O processo de segregação da população de baixa renda, em determinadas áreas da cidade, tem suas raízes na própria história de São Paulo enquanto centro urbano-industrial, onde a constituição de um proletariado fabril ocorreu de maneira rápida, a partir de fins do século passado. Esses trabalhadores passaram a ocupar, num primeiro momento, as áreas próximas às fábricas, amontoando-se em cortiços e

provocando a disseminação de moléstias que preocupavam a burguesia pelas possibilidades de contaminação.

Os bairros do Brás, Tatuapé, Belém, Água Branca, Barra Funda, Cambuci e Vila Mariana, sobretudo nas suas partes mais baixas ou de várzeas, foram ocupados por esse tipo de habitação nas proximidades das fábricas que ali se instalaram.

Nesta época, a pequena expansão da área urbanizada e a pouca extensão alcançada pelos meios de transporte faziam de São Paulo uma cidade pouco segregada. Entretanto, havia, por parte do poder público, uma discriminação das áreas habitadas por operários, não só em relação à ausência de serviços públicos, como também no que diz respeito à qualidade inferior dos serviços oferecidos, como era o caso dos bondes que serviam o bairro do Brás, descritos como "velhos e sujos" (*Folha do Brás* em 1899) (2).

Além disso, como ainda não era possível, naquele momento, alojar as classes trabalhadoras em bairros mais distantes, criaram-se mecanismos para evitar a sua circulação pelas áreas do centro, por onde transitava a elite burguesa. Assim, em 1909, a Light criou seis linhas com carros especiais para operários com a placa "Bonde para operários", que *não circulavam pelo centro da cidade*. Nesses bondes, os operários podiam viajar descalços ou portando pequenas ferramentas, sendo que o preço da passagem também era mais barato, "200 réis contra 600 réis para os bondes de elite" (3).

Este quadro mostra que os problemas de transporte e de moradia caminhavam lado a lado com os trabalhadores desde os primórdios da industrialização em São Paulo.

Tabela 2
Evolução da População Favelada e da População Total
Município de São Paulo
1973-1987

População	1973 (Números Absolutos)	1980 (Números Absolutos)	1987 (Números Absolutos)	Aumento da População (%)		
				1973-1980	1980-1987	1973-1987
Moradora em Favelas	71.840	375.023	812.764	422,00	117,00	1.031,00
Total do Município de São Paulo	6.560.547	8.558.841	10.554.107	30,00	23,00	61,00
% da População Favelada sobre o Total do Município	1,09	4,40	7,70	-	-	-

FONTE: PMSP-SEHAB-HABI-Divisão Tec.Planejamento-Coord. Inf. Tec. e Pesquisa. Censo das Favelas do Município de São Paulo -1987.

(2) O Jornal "Folha do Brás", que se dizia de tendência republicana, iniciou sua publicação em 1896 e constitui importante fonte de informação acerca das condições de vida do operariado em São Paulo, na passagem do século. Veja-se a respeito: BÓGUS, L.M.M. (Re)Urbanização: Por que e para quem? São Paulo, 1988, p.44-59. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

(3) STIEL, W.C. *História dos Transportes Coletivos em São Paulo*. São Paulo, McGraw-Hill-EDUSP, 1978.

Como solução e alternativa à questão da insalubridade contagiante dos cortiços, uma "Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços no Distrito de Santa Ifigênia", nomeada pela Câmara Municipal, em 1893, propôs a construção de vilas operárias.

Em 1900, na gestão do prefeito Antonio da Silva Prado, foi aprovada uma lei que previa as normas para construção das casas operárias. Uma dessas normas estabelecia que as habitações operárias deveriam ser construídas *fora* do perímetro urbano, que era estabelecido, na época, em função dos locais de moradia e circulação da população de alta renda.

Uma vez que não foi possível exterminar os cortiços - nem mesmo com a construção das vilas operárias (4) -, a solução encontrada pela burguesia foi o deslocamento para outras áreas mais elevadas e menos insalubres, tentando afastar-se, ao máximo, dos núcleos de moradia operária. Em alguns bairros, a classe dominante conseguiu essa separação, já em outros, as classes trabalhadoras acabaram se "imiscuindo" em casas de cômodo ou favelas, que até hoje persistem.

A partir de 1940, a expansão da cidade para as áreas de periferia permitiu que uma parcela da classe trabalhadora construísse suas casas nestas regiões, muitas vezes pelo processo da autoconstrução. Apesar disso, os cortiços continuaram proliferando, agora não só na zona central, mas também na própria periferia, situação que foi se agravando até nossos dias. Segundo Kowarick e Ant, não há, hoje, em São Paulo, um único distrito onde não haja cortiços. "Eles existem por toda cidade e alcançaram altas densidades tanto nos bairros centrais como nos bairros periféricos. O contingente de trabalhadores que procura contornar os problemas das distâncias e da rotatividade morando em lugares mais próximos ao trabalho ou da oferta de empregos, cresce cada vez mais" (5).

Já que não se pode falar de São Paulo como uma cidade onde as classes sociais estão nitidamente segregadas, do ponto de vista da localização da malha urbana, pode-se falar de favelas e cortiços como espaços segregados, assim como de certos bairros da periferia. Essa segregação, com o sentido de discriminação, diz respeito à existência, nessas áreas, de uma *superposição de carências*, que compromete seriamente a condição de cidadania daqueles que nelas residem (6).

Outro aspecto que torna ainda mais grave o problema da população de baixa renda refere-se à situação de nomadismo a que esta é submetida, em função da necessidade de *morar*. O processo de expansão da periferia do município, que foi muito acentuado nos anos 60, apresentando uma taxa de crescimento populacional de 12,9% a.a., sofreu posteriormente um arrefecimento, e essas taxas atingiram 7,4% nos anos 70, conforme os dados dos Censos Demográficos. Isto indica uma diminuição da possibilidade de essas áreas continuarem a receber, no mesmo ritmo, uma população, sobretudo de baixa renda, oriunda de outras regiões do país e da própria cidade.

De fato, na expansão e consolidação de São Paulo, os bairros de periferia passam por um amplo processo de valorização imobiliária, que implica a expansão de outra periferia, a da Região Metropolitana, e a emergência de municípios-dormitório (como por exemplo Taboão da Serra, Barueri, Carapicuíba, Ferraz de Vasconcelos, Itapevi, Jandira e Poá, onde, em 1980, mais de 60% da população residente era composta de migrantes), além de áreas-dormitório nos municípios industriais, cujos setores de atividades, via de regra, não conseguem absorver a totalidade da PEA residente que por sua vez se desloca, cotidianamente, num "ir e vir" incansável entre a casa e o trabalho.

Além disso, é muito grande a mobilidade residencial nos municípios da Região Metropolitana. A pesquisa Origem-Destino, realizada pelo Metrô em 1987, mostra que 41% da população da Região Metropolitana de São Paulo residia na casa atual há menos de cinco anos e 21,5% há menos de dois anos (7).

Ainda segundo dados desta pesquisa, apenas 24% das famílias da RMSP, com rendimento entre zero e quatro salários mínimos, residiam em casas alugadas, enquanto 56,3% moravam em casas próprias. Este resultado é indicativo da residência em favelas (a casa própria na favela) e em casas precárias, autoconstruídas, em loteamentos de periferia.

O percentual mais elevado de residentes em imóveis de aluguel corresponde às famílias com rendimento de quatro a oito salários mínimos, grupo no qual também foi detectada grande mobilidade residencial, indicando que a busca de aluguéis mais baratos é um dos fatores responsáveis pela migração intra-urbana. O Mapa 1 ilustra a distribuição espacial das famílias com renda de até cinco salários mínimos, na Região Metropolitana de São Paulo.

Considerações finais

A partir do quadro global aqui apresentado, percebe-se que são muitos os mecanismos de segregação sócio-

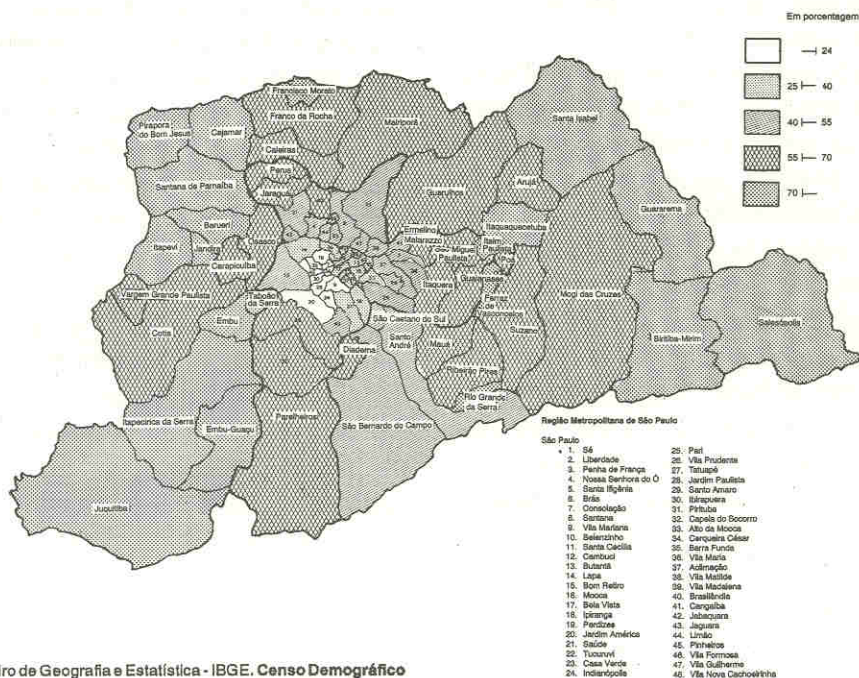
(4) BLAY, E.A. *Eu Não Tenho Onde Morar: vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo, Nobel, 1985.

(5) KOWARICK, L. e ANT, C. O cortiço: 100 anos de promiscuidade. *Novos Estudos*. São Paulo, CEBRAP, 1982, pp. 59-64.

(6) FUNDAÇÃO SEADE. *O Jovem na Grande São Paulo*. São Paulo, 1988 (Coleção Realidade Paulista, 2).

(7) COMPANHIA do Metropolitano de São Paulo. *Pesquisa de Origem-Destino*. São Paulo, 1987.

Mapa
Distribuição de Famílias com Renda Familiar de até 5 Salários Mínimos
Região Metropolitana de São Paulo
1980



FONTE: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo Demográfico de São Paulo - 1980;** Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. **Pesquisa Migração na Grande São Paulo - 1989.**

espacial que atuam no espaço urbano, "empurrando" a população de baixa renda para áreas mal-equipadas e distantes, ou para áreas centrais, onde a insalubridade manifesta-se na moradia.

O processo de segregação na Cidade de São Paulo não é novo. Ao contrário, conforme foi descrito, surgiu com a formação da classe trabalhadora industrial, cujos baixos salários não ofereciam outra alternativa a não ser a insalubridade dos cortiços.

Com o intenso processo de urbanização e com a instalação do maior parque industrial do país, essa classe trabalhadora cresceu, porém os recursos destinados à sua sobrevivência não acompanharam esse crescimento.

Assim, a situação habitacional agravou-se ao longo das últimas décadas, fazendo com que os trabalhadores se alojassem em lugares onde o preço do solo permitisse. Com isso, ocorreu a ocupação de áreas mais distantes da RMSP, no processo de periferização que caracterizou a Região durante os anos 60 e, principalmente, a década de 70.

Nesse processo de "expansão segregada" do espaço, o poder público limitou-se a "perseguir" os problemas, na tentativa de resolver os mais graves. A ineficácia de políticas referentes ao planejamento urbano e à estruturação do espaço favoreceram a ocupação caótica da Cidade de São

Paulo e dos municípios do entorno, gerando o quadro urbano hoje observado.

Se a segregação espacial é um problema, não pode ser tratada separadamente, desvinculada de questões mais amplas que dizem respeito ao processo de urbanização, à divisão social e regional do trabalho e à distribuição da propriedade fundiária e da renda. Tais processos constituem a base da redistribuição espacial da população e de sua localização nas cidades.

Assim, as políticas públicas setoriais, como as referentes à habitação, por exemplo, tenderão a atuar apenas como paliativos, pois enquanto não forem elaboradas políticas públicas globais, que atuem sobre as condições geradoras dos problemas aqui mencionados, a cidadania continuará a ser apenas um conceito separado da prática dos moradores, sobretudo nas grandes aglomerações urbanas. ■

LEITURAS COMPLEMENTARES

LUNGEMBUCH, R. A. *Estruturação da Grande São Paulo*. Rio de Janeiro, IBGE, 1971.

MARICATO, E. Auto-Construção, a arquitetura possível. In: MARICATO, E. (org.). *A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo, Ed. Alfa-Ômega, 1979, p. 71-91.

MORSE, R. *Formação Histórica de São Paulo*. Rio de Janeiro, Difel, 1970.